

## Da produção rural à feira livre: organização e gestão financeira na agricultura familiar da Feira das Malvinas em Campina Grande (PB)

*From rural production to the open market: organization and financial management in family farming at the Feira das Malvinas in Campina Grande (PB)*

Geórgia Carla de Vasconcelos Pina<sup>1</sup> e Rubenia de Oliveira Costa<sup>2</sup>

v. 14/ n. 1 (2026)  
Janeiro/Março

Aceito para publicação em 16/02/2025.

<sup>1</sup>Mestranda em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. Atua na área de Administração, com ênfase em Gestão em Saúde, Medical Device Training e Gestão de Pessoas. ORCID: 0009-0009-0878-3795. E-mail: georgiapina123@gmail.com;

<sup>2</sup>Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba. Professora da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba. Coordenadora de Estágio do curso de Administração da UACC/CCJS/UFCG. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Pesquisa Ambiental, Sustentabilidade e Competitividade (GEPASC) – CNPq. ORCID: 0000-0003-2559-2885. E-mail: rubenia.oliveira@professor.ufcg.edu.br.

**RESUMO:** A agricultura familiar é um eixo relevante do abastecimento alimentar e da economia local, principalmente quando vinculada à comercialização direta em feiras livres, em que a proximidade entre produtores e consumidores tende a reduzir a intermediação e a manter a renda no território. Diante de tal problemática, o artigo objetiva-se analisar como é realizada a gestão financeira — em seus aspectos de planejamento, organização, controle e monitoramento — pelos agricultores que produzem e comercializam hortaliças na feira livre do bairro das Malvinas, na cidade de Campina Grande-PB. Para tanto, metodologicamente, é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por trabalho de campo no Mercado Público das Malvinas, com aplicação presencial de questionário estruturado com questões fechadas e abertas a agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326/2006, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência, entre julho e agosto de 2025, com tratamento dos dados por estatística descritiva e apresentação em Gráficos. Os resultados evidenciam um perfil marcado por predominância etária entre 50 e 59 anos, escolaridade concentrada no ensino médio completo e forte dependência do giro semanal, o que favorece controles baseados na experiência, mas com baixa formalização. Outrossim, a maioria não realiza controle financeiro, mantém caixa único e avalia custos e lucros com frequência semanal sem, necessariamente, registrar e distinguir despesas domésticas e produtivas. No campo do crédito rural, observou-se conhecimento parcial sobre linhas disponíveis e baixa integração do financiamento ao planejamento, associada a barreiras de informação, burocracia e insuficiência de mediação técnica. Em contrapartida, destacou-se elevada disposição para receber apoio institucional, com preferência por instrumentos simples e de consulta rápida, como cartilhas simples, apontando caminhos viáveis para qualificação gerencial aderente à rotina da feira.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural; Comercialização; Feiras livres; Gestão econômica; Crédito agrícola.

**ABSTRACT:** Family farming is a relevant axis of food supply and the local economy, especially when linked to direct marketing in open-air markets, where the proximity between producers and consumers tends to reduce intermediation and keep income within the territory. In light of this issue, the article aims to analyze how financial management—regarding planning, organization, control, and monitoring—is carried out by farmers who produce and sell vegetables at the open-air market in the Malvinas neighborhood, in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study, developed through fieldwork at the Malvinas Public Market, with the in-person application of a structured questionnaire containing closed and open-ended questions to family farmers defined under Law No. 11,326/2006, selected through non-probabilistic convenience sampling, between July and August 2025. Data were processed using descriptive statistics and presented in graphs. The results reveal a profile marked by a predominance of individuals aged between 50 and 59 years, schooling concentrated at the level of complete secondary education, and a strong dependence on weekly cash flow, which favors experience-based controls but with low levels of

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP>

formalization. Moreover, most participants do not perform systematic financial control, maintain a single cash account, and assess costs and profits on a weekly basis without necessarily recording or distinguishing between household and production expenses. In the field of rural credit, partial knowledge of available credit lines and low integration of financing into planning were observed, associated with information barriers, bureaucracy, and insufficient technical mediation. Conversely, a high willingness to receive institutional support stood out, with a preference for simple and quick-reference tools, such as concise informational booklets, pointing to viable paths for managerial qualification aligned with the routine of the open-air market.

**Keywords:** Rural development; Commercialization; Open-air markets; Economic management; Agricultural credit.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A agricultura familiar possui grande pertinência no cenário rural brasileiro pelo volume de alimentos produzidos e pelas formas específicas de organização do trabalho, diversidade produtiva e pela relação direta estabelecida com os mercados locais. Ou seja, é um segmento cuja atuação articula dimensões econômicas, sociais e ambientais, sustentando práticas produtivas vinculadas à permanência das famílias no campo, à valorização do trabalho familiar e à dinamização das economias regionais (Delgado; Bergamasco, 2017).

Para Cardoso *et al.* (2024), no âmbito da produção agrícola familiar, a horticultura se destaca como uma atividade recorrente, caracterizada por ciclos produtivos curtos, elevada demanda por mão de obra e forte dependência do manejo adequado dos recursos naturais. Além de contribuir para o abastecimento alimentar, a produção de hortaliças favorece a circulação de renda em escala local, especialmente quando associada à comercialização direta em feiras livres, espaços que aproximam produtores e consumidores e reduzem a intermediação comercial.

No Nordeste brasileiro, e de modo específico no estado da Paraíba, as feiras livres são canais basilares de escoamento da produção hortícola familiar, corroborando na sustentação econômica dos agricultores, ao mesmo tempo em que preservam práticas tradicionais de comercialização (Alves *et al.*, 2016). Apesar dessa importância, ainda hoje existem limitações estruturais relacionadas à organização produtiva, ao acesso a mercados formais e, principalmente, à condução das finanças das unidades familiares (Vasconcellos *et al.*, 2024).

Nessa toada, a gestão financeira tem assumido maior relevância no contexto da agricultura familiar, diante das transformações nos padrões de consumo, da instabilidade climática e das exigências crescentes do mercado. Sob tal ótica, o controle de custos, o planejamento das atividades produtivas e a organização das receitas são questões necessárias à continuidade dessas unidades econômicas, especialmente em atividades como a horticultura, que exigem investimentos frequentes e apresentam margens de lucro sensíveis às variações de preço e produção (Fratari *et al.*, 2022).

Em face dessa realidade, o crédito rural é um instrumento capaz de viabilizar melhorias produtivas, aquisição de insumos, fortalecimento da infraestrutura e maior segurança nos períodos de entressafra. Entretanto, o acesso a essas linhas de financiamento ainda passa por problemas, seja pela

burocracia envolvida, seja pela limitação de conhecimentos técnicos relacionados ao planejamento financeiro e à gestão adequada dos recursos obtidos. Ou seja, a informalidade presente em muitas transações e a ausência de acompanhamento técnico tendem a ampliar essas dificuldades.

Diante dessas questões, este artigo parte da seguinte problemática: de que maneira os agricultores familiares produtores de hortaliças que atuam na feira livre do bairro das Malvinas, em Campina Grande–PB, realizam a gestão financeira de suas atividades e acessam o crédito rural? Para tanto, o objetivo do presente artigo é analisar como se estrutura a gestão financeira, considerando planejamento, organização, controle e monitoramento, dos agricultores que produzem e comercializam hortaliças na feira das Malvinas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A agricultura familiar possui grande pertinência no debate jurídico, econômico e social sobre o desenvolvimento rural, sendo reconhecida como uma forma específica de organização produtiva que articula trabalho, renda e reprodução social no interior das famílias agricultoras. Esse modelo é caracterizado pela condução direta da unidade produtiva pelos próprios membros do núcleo familiar, pelo uso predominante da força de trabalho doméstica e pela vinculação entre a atividade agrícola e a manutenção econômica do grupo (Pasqualotto; Kaufmann; Wizniewsky, 2019).

No contexto normativo brasileiro, o enquadramento do agricultor familiar pressupõe o atendimento simultâneo a critérios relacionados à dimensão da propriedade, à origem da renda e à centralidade do trabalho familiar (Nunes; Silva, 2022).

A gestão familiar da propriedade implica uma relação estreita entre o patrimônio produtivo e a dinâmica doméstica, fazendo com que decisões técnicas, administrativas e financeiras sejam tomadas no âmbito da própria família, assim, conferindo maior autonomia decisória e expondo essas unidades a restrições estruturais, especialmente no acesso a mercados, tecnologias e instrumentos financeiros (Vilas Boas, 2022).

Nesse cenário, ganha notoriedade a necessidade de superar leituras que associam a agricultura familiar exclusivamente à subsistência. Nesse ínterim, Bittencourt (2020) entende que o agricultor familiar deve ser compreendido como agente econômico capaz de planejar, investir e se inserir em circuitos mercantis, principalmente quando articulado a formas coletivas de organização. Com isso, tal perspectiva torna o crédito rural elemento importante, uma vez que viabiliza investimentos em insumos, infraestrutura e tecnologias, ampliando a capacidade produtiva e a eficiência econômica dessas unidades (Weber, 2023).

A consolidação econômica das propriedades familiares está associada à adoção de práticas de gestão financeira mais estruturadas, considerando que em um ambiente marcado por instabilidade climática, variações de preços e margens cada vez mais estreitas, o planejamento financeiro é uma ferramenta para organizar ciclos produtivos, antecipar necessidades de investimento e reduzir a exposição a riscos sazonais (Oliveira; Santiago, 2025). Contudo, a informalidade ainda é um algo predominante na agricultura familiar brasileira, onde a condução financeira frequentemente se apoia no conhecimento empírico acumulado ao longo do tempo (Matos *et al.*, 2023).

Como consequência, autores apontam que a ausência de controles compromete a eficiência econômica e também o acesso a instrumentos externos de financiamento. Pessoa, Pierot e Bernardi (2025), por exemplo, destacam que a qualificação em gestão financeira, aliada a práticas de governança rural, contribui para maior transparência nas decisões e amplia a capacidade de negociação dos produtores.

Nessa ótica, a contabilidade gerencial, especialmente aquela voltada à apuração de custos, permite o acompanhamento das operações e a formação mais precisa de preços (Antonovz, 2023). Apesar disso, sua adoção ainda é limitada entre pequenos produtores, restringindo o potencial de crescimento sustentável das propriedades (Ellwanger, 2024).

Outrossim, a fragilidade no planejamento financeiro repercute sobre o acesso ao crédito e sobre a capacidade de projeção do fluxo de caixa, dificultando investimentos e a gestão do capital de giro (Lima; Sousa; Silva, 2021). Ainda, a ausência de organização financeira pode resultar em desperdícios, custos não controlados e redução da lucratividade, sobretudo em atividades agrícolas caracterizadas por custos variáveis e necessidade de reinvestimento (Fratari *et al.*, 2022).

No âmbito dessas questões, o crédito rural foi consolidado historicamente como instrumento de estímulo à produção agrícola no Brasil, especialmente a partir da institucionalização do sistema de crédito em 1965 (Moraes, 2024). É um mecanismo voltado ao financiamento do custeio, do investimento e da comercialização, destinado a produtores individuais, associações e cooperativas (Rocha; Ozaki, 2020). Entre seus objetivos destacam-se o fortalecimento econômico dos pequenos e médios produtores, o estímulo à modernização produtiva e a adoção de métodos mais eficientes de produção (Moraes, 2024).

Ao viabilizar a aquisição de máquinas, insumos e tecnologias, o crédito rural corrobora para elevar a competitividade do setor e reduzir desigualdades no meio rural (Henschel; Queiroz; Gimenes, 2023). Entretanto, entraves burocráticos e a inadequação de algumas linhas de financiamento às realidades regionais limitam seu alcance, especialmente entre agricultores familiares, assim, reforçando a necessidade de políticas mais flexíveis e alinhadas às condições concretas desses produtores (Luz, 2023).

Considerando essa conjuntura, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é o principal arranjo institucional de financiamento da agricultura brasileira, reunindo políticas e instrumentos voltados ao custeio, ao investimento e à comercialização da produção (Nogueira *et al.*, 2023). Regulamentado pelo Banco Central e operacionalizado por instituições financeiras públicas e privadas, o sistema oferece condições diferenciadas, como juros subsidiados e prazos ampliados, com atenção específica à agricultura familiar (Santos, 2020).

Quando adequadamente direcionado, o SNCR contribui para reduzir desigualdades regionais e fortalecer economicamente pequenos produtores, embora ainda dependa de políticas complementares, como assistência técnica e capacitação financeira, para ampliar sua efetividade (Rodrigues; Azevedo Junior; Silva, 2024).

As políticas públicas de crédito rural, materializadas em programas como o PRONAF, o PRONAMP e o Programa ABC, integram a estratégia de desenvolvimento do setor agropecuário ao promover inclusão produtiva, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (Búrigo *et al.*, 2021). Além do viés econômico, essas iniciativas incorporam dimensões sociais, ao incentivar a permanência de mulheres e jovens no campo e contribuir para a sucessão rural (Marin, 2020). Porém, ainda assim existe falta de informação, muita burocracia e a limitada assistência técnica, restringindo o acesso efetivo ao crédito, especialmente entre agricultores familiares (Naves; Costa, 2021).

No plano da gestão financeira das unidades familiares, artigos recentes convergem ao indicar que decisões relacionadas ao capital de giro, à liquidez e ao planejamento sucessório influenciam a sustentabilidade econômica dessas propriedades (Nolan; Hogan; Hayden, 2024).

No Brasil, a adoção de controles financeiros mais completos, como a contabilidade de custos e o monitoramento do fluxo de caixa, tem demonstrado efeitos positivos sobre a formação de preços e a organização financeira, ainda que sua difusão permaneça restrita (Tavares; Rech, 2024). Igualmente, o registro regular de receitas e despesas reduz a necessidade de capital de giro e melhora o desempenho econômico das propriedades (Teixeira *et al.*, 2025).

Embora práticas informais ainda sejam recorrentes, Pimentel, Siqueira e Araújo (2024) reconhecem que formas simplificadas de controle não significam ausência de racionalidade econômica, podendo favorecer decisões adaptadas às realidades locais. De tal maneira, a combinação entre educação financeira, controle de custos, gestão do endividamento e planejamento sucessório formam a base para a resiliência econômica da agricultura familiar em contextos de incerteza prolongada (Atkinson, 2025).

Diante o exposto, o presente artigo objetiva-se a analisar como é realizada a gestão financeira — em seus aspectos de planejamento, organização, controle e monitoramento — pelos agricultores

que produzem e comercializam hortaliças na feira livre do bairro das Malvinas, na cidade de Campina Grande-PB.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi um delineamento qualitativo, com orientação exploratória e descritiva, método que se mostra adequado quando o interesse recai sobre práticas sociais, arranjos produtivos e formas de organização construídas no cotidiano, especialmente em contextos marcados pela pequena produção, pela informalidade administrativa e pela forte vinculação entre trabalho, família e território. No campo da agricultura familiar, a abordagem qualitativa permite apreender dimensões que dificilmente seriam captadas por técnicas exclusivamente quantitativas, como os critérios subjetivos de tomada de decisão, os saberes empíricos envolvidos na gestão da renda e as estratégias de adaptação frente às limitações de acesso a políticas públicas e a mercados mais estruturados (Schneider, 2003).

Ademais, conforme destacam Minayo (2014) e Gil (2019), os estudos exploratórios e descritivos são especialmente indicados quando o fenômeno investigado ainda é pouco sistematizado na literatura ou apresenta forte dependência do contexto local, como ocorre no tema em questão. Logo, o método adotado possibilita construir uma compreensão densa das formas de organização econômica desses agricultores, respeitando as especificidades sociais e produtivas que caracterizam a agricultura familiar brasileira.

O trabalho de campo ocorreu no Mercado Público das Malvinas, espaço comercial permanente localizado na zona oeste do município, que concentra semanalmente produtores oriundos de Campina Grande e de municípios vizinhos do agreste paraibano.

A escolha do local decorreu de sua relevância como principal ponto de escoamento da produção hortícola familiar da região, bem como da diversidade de perfis produtivos ali presentes. Participaram da pesquisa agricultores familiares enquadrados nos critérios da Lei nº 11.326/2006, com atuação direta na produção agrícola e comercialização em banca própria.

Foram excluídos comerciantes que operam exclusivamente como intermediários, bem como aqueles que vendem produtos industrializados ou não vinculados à produção agrícola. Admitiu-se, contudo, a compra pontual entre agricultores cadastrados na feira, prática identificada como estratégia cooperativa para ampliação da oferta, sem descaracterização da origem produtiva.

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem não probabilística por conveniência, adotada em razão do acesso depender da dinâmica cotidiana da feira, de modo que a inclusão recaiu sobre aqueles mais prontamente acessíveis ao pesquisador, com presença regular no local e

disponibilidade para participar. Nessa modalidade, como destacam Suen, Huang e Lee (2014), a probabilidade de participação não é igual para todos os indivíduos elegíveis do universo, o que limita inferências de generalização estatística, sem impedir seu uso quando o objetivo é descrever perfis e mapear práticas em um recorte empírico delimitado.

Na mesma direção, Etikan, Musa e Alkassim (2015) caracterizam a conveniência como técnica não probabilística frequentemente utilizada quando há restrições de tempo, recursos e força de trabalho, sendo especialmente recorrente quando a pesquisa busca examinar um conjunto acessível de participantes em situação real de campo. Para reduzir vieses típicos desse tipo de seleção, foram incorporados critérios de inclusão capazes de aumentar a heterogeneidade mínima interna do grupo, como origem territorial e tipo de produção, estratégia coerente com recomendações metodológicas que reconhecem a utilidade da conveniência em contextos práticos, desde que se explicitem critérios, limites e efeitos sobre a inferência (Bhardwaj, 2019).

A coleta de dados foi realizada por questionário estruturado, composto por questões fechadas e abertas, organizado em blocos temáticos, como perfil socioeconômico, atividade produtiva, práticas de controle financeiro, instrumentos de gestão, experiência com crédito rural e dificuldades econômicas. Essa arquitetura do instrumento favorece a padronização necessária para descrever o grupo e comparar respostas e preserva espaço para que os participantes explicitem racionalidades e rotinas de gestão que, em ambientes de comercialização direta, tendem a ser pouco formalizadas.

Sobre o procedimento, o instrumento foi aplicado presencialmente pela pesquisadora, em entrevistas individuais realizadas nos turnos da manhã, aos sábados e domingos, entre julho e agosto de 2025. Após a coleta, os dados foram organizados e codificados em planilhas eletrônicas, sendo submetidos a tratamento por estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas.

A análise buscou identificar padrões recorrentes nas práticas de gestão financeira e no acesso ao crédito, sem a pretensão de estabelecer comparações inferenciais entre grupos. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos simples, de modo a favorecer a leitura objetiva dos achados e sua articulação com a literatura especializada.

Outrossim, a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CCJS/UFCG), sob o CAAE nº 91510825.4.0000.0205, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo e participaram mediante consentimento livre e esclarecido, sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações em todas as etapas da investigação.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

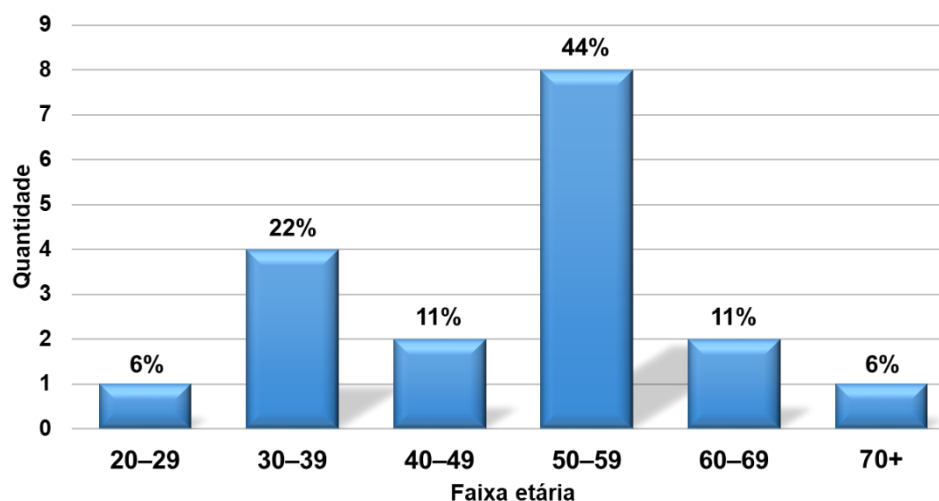
A partir da aplicação dos questionários, os resultados permitem compreender como o perfil social dos feirantes, o tipo de produção comercializada e a forma de organização econômica se combinam e acabam condicionando a gestão financeira e a apropriação ou não do crédito rural.

Em vez de tratar cada variável como um dado isolado, a leitura do conjunto mostra um encadeamento, em que trajetórias de vida mais longas na agricultura e na feira tendem a melhorar práticas de gestão baseadas na experiência, bem como a dinâmica produtiva de hortaliças e frutas pressionada por liquidez semanal e, nesse ambiente, controles financeiros formais e acesso a políticas de crédito acabam aparecendo de modo fragmentado, muitas vezes subordinados à urgência do fazer a feira acontecer a cada fim de semana.

A composição etária observada no Gráfico 1 é o ponto de partida para interpretar esse modo de funcionamento. A predominância de agricultores entre 50 e 59 anos mostra que a atividade é sustentada por pessoas com trajetória consolidada no trabalho agrícola e na comercialização direta, algo que tende a favorecer a estabilidade do abastecimento, entretanto, também pode reduzir a disposição para incorporar rotinas administrativas mais padronizadas, especialmente quando essas rotinas não dialogam com o tempo real do trabalho na produção e na banca.

A baixa presença de jovens e a participação intermediária de faixas etárias mais novas ampliam a ideia de renovação gradual, porém insuficiente para deslocar a centralidade do grupo mais maduro. Esse padrão é compatível com o que Costa (2016) encontrou em contextos de horticultura familiar, apontando a persistência do envelhecimento relativo e a dificuldade de retenção de jovens, muitas vezes associada à percepção de baixa atratividade econômica e às limitações estruturais do meio rural.

Gráfico 1 – Distribuição por faixa etária

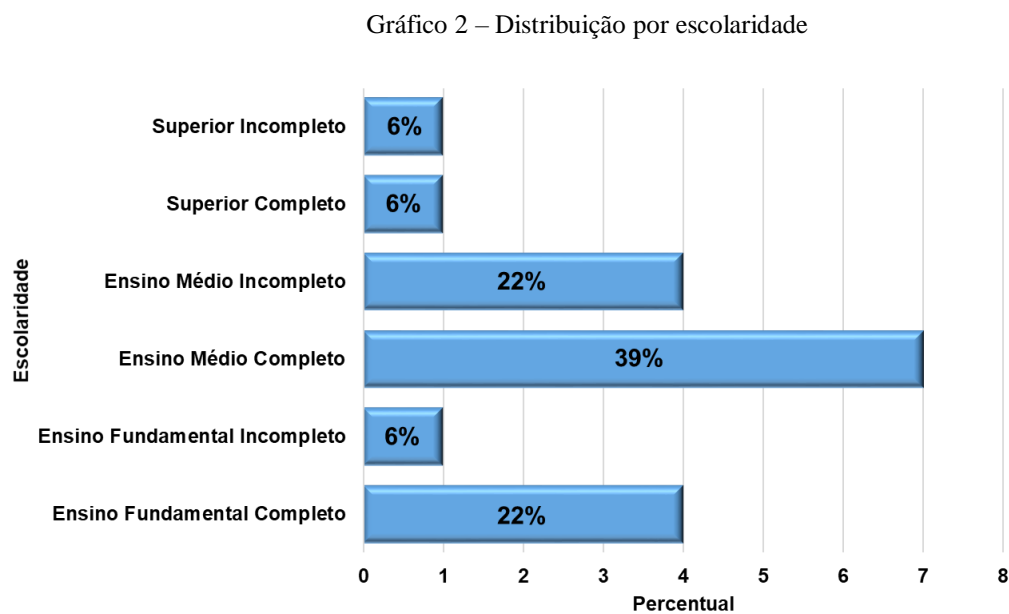


Fonte: Autoria própria (2025).

Quando se avança para a escolaridade, a discussão deixa claro como os agricultores se relacionam com informação, procedimentos e instrumentos de gestão. O Gráfico 2 mostra um grupo que, em grande parte, possui ensino médio completo, ao lado de percursos marcados por interrupções no ensino fundamental e médio.

Tal achado sugere uma realidade em que há escolarização suficiente para compreender orientações gerais e acessar conteúdos técnicos básicos, todavia, ainda existem barreiras históricas que atingem a continuidade dos estudos em áreas rurais, como já apontava Abramovay (1992).

Em termos práticos, tal quadro ajuda a explicar por que muitos feirantes conseguem entender a ideia de controle financeiro, não obstante, nem sempre a transformam em rotina organizada, principalmente quando a aprendizagem predominante segue ancorada no saber prático e comunitário, como discutem Wanderley (2009), Arroyo (2011) e Caldart (2012).

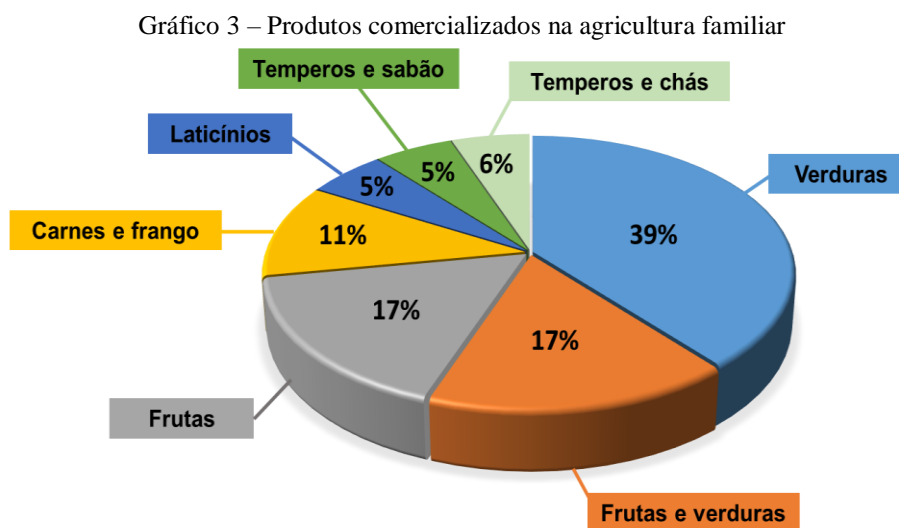


Fonte: Autoria própria (2025).

A partir desses achados, o perfil produtivo passa a ser importante, porque a natureza do que se vende determina o ritmo do dinheiro, a previsibilidade do caixa e o tipo de risco enfrentado. À luz disso, o Gráfico 3 destaca o predomínio de verduras, seguido por combinações de frutas e verduras, além da presença minoritária de carnes, laticínios e itens artesanais. Essa configuração não é casual, pois os produtos hortícolas têm giro rápido e exigem vendas frequentes, porque perdas por perecibilidade corroem receita e inviabilizam a reposição de insumos.

Por isso, a concentração em hortaliças e frutas tende a deixar claro uma lógica de liquidez imediata, em que a renda semanal é o motor do custeio do ciclo seguinte, o que se aproxima do argumento de Miranda, Wegner e Dias (2024) sobre a preferência por itens de retorno curto em contextos de capital limitado.

Ao mesmo tempo, a presença de produtos de valor agregado e de nichos mostra uma tentativa de reduzir vulnerabilidades, coerente com a ideia de diversificação como estratégia de estabilidade na agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2015) e com a pluriatividade como recurso de ampliação de renda (Braga, 2021).



Fonte: Autoria própria (2025).

Esse perfil produtivo ajuda a compreender por que a gestão financeira aparece, em muitos casos, como algo funcional e não formal. A urgência do giro semanal e a reposição constante pressionam por decisões rápidas, frequentemente tomadas com base em experiência e memória de preços.

O ponto é que decisões rápidas não são, necessariamente, decisões informadas por registros. É nessa passagem que se encaixa o Gráfico 4, onde a maioria que declara não realizar controles sugere um padrão de administração por aproximação. Ou seja, sabe-se quanto entrou, quanto saiu e quanto sobrou, mas sem um acompanhamento organizado de despesas, custos indiretos e variações de margem entre produtos.

Isso enfraquece a capacidade de comparar períodos, dimensionar rentabilidade real e planejar investimentos, o que a literatura apresenta como um obstáculo clássico à autonomia econômica no meio rural (Cittadin *et al.*, 2024). Ainda assim, a parcela que registra algum controle indica que há

espaço para profissionalização incremental, principalmente se as ferramentas de controle forem compatíveis com a rotina e com o repertório técnico disponível.

Gráfico 4 – Realiza algum tipo de controle financeiro



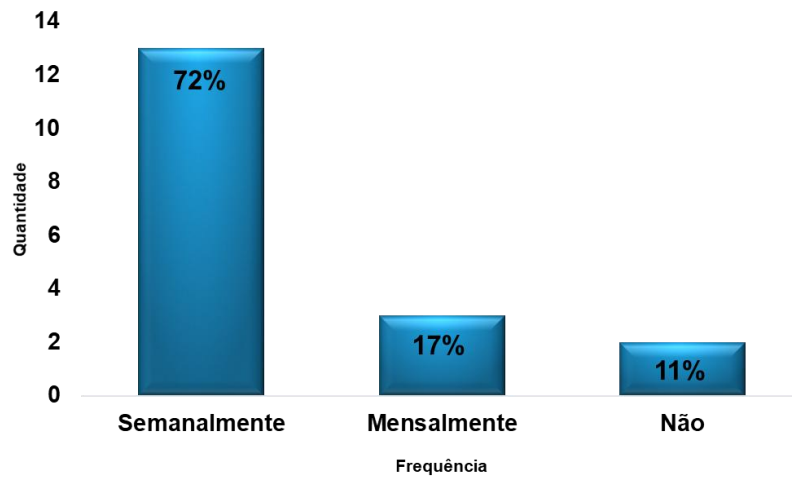
Fonte: Autoria própria (2025).

Já a leitura do Gráfico 5 exige cuidado, porque, à primeira vista, o predomínio da avaliação semanal poderia sugerir maturidade gerencial. Em ambiente de feira, apesar disso, a avaliação semanal pode significar desde um cálculo aproximado por sobra do dinheiro até uma apuração estruturada por produto. O dado, destarte, deve ser interpretado como sinal de acompanhamento frequente, mas não necessariamente de acompanhamento tecnicamente completo.

Isso converge com a advertência de Gonçalves e Oliveira (2025) sobre a necessidade de apuração recorrente de custos diretos e indiretos e com a ideia, já clássica em Matsunaga *et al.* (1976), de que o custo de produção só se torna gerencial quando há registro e método. Em outras palavras, o acompanhamento curto está alinhado à dinâmica do negócio, o problema é quando o acompanhamento não distingue custo econômico de custo de caixa, o que pode levar à manutenção de preços pouco sustentáveis no médio prazo.

Do ponto de vista do gerenciamento, rotinas de revisão mais frequentes tendem a favorecer ajustes finos de perdas, compras e precificação, especialmente em cadeias perecíveis (Kay; Edwards; Duffy, 2014).

Gráfico 5 – Frequência com que os agricultores analisam seus custos e lucros

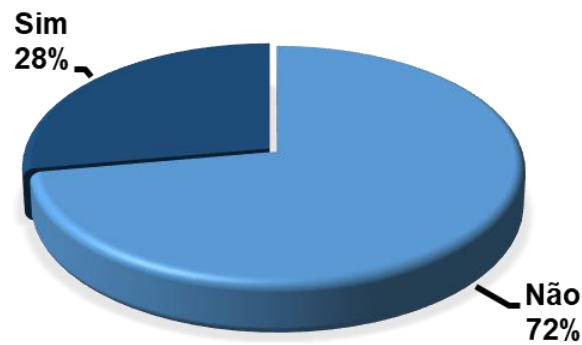


Fonte: Autoria própria (2025).

A discussão sobre lucro fica ainda mais nítida quando se observa a ausência de separação entre o dinheiro da família e o dinheiro do negócio. O Gráfico 6 apresenta que a maioria opera com caixa único. Essa prática, comum em unidades familiares, torna difícil saber quanto a atividade gerou de resultado e quanto foi absorvido por despesas domésticas, o que impede avaliar se a produção e a comercialização estão, de fato, financiando a reprodução econômica da família ou apenas girando recursos sem margem real.

Esse achado está em consonância com a leitura de Frühauf (2014) sobre como a mistura de despesas compromete a identificação de custos e a avaliação de sustentabilidade do empreendimento, além de convergir com as orientações de organização orçamentária discutidas por Nesi (2021). Em termos materiais, essa mistura fragiliza o planejamento, dificulta reservas para reinvestimento e torna o crédito mais arriscado, porque o produtor não consegue delimitar com precisão sua capacidade de pagamento.

**Gráfico 6:** Separação das finanças pessoais e do negócio entre os agricultores

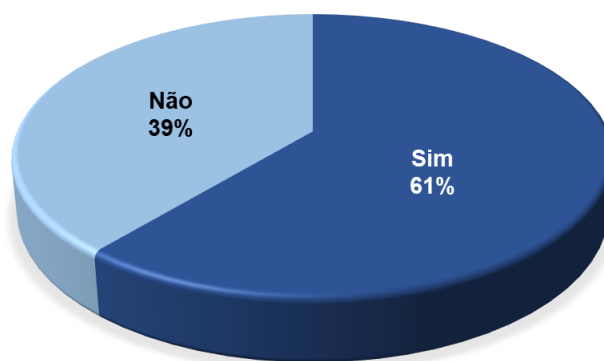


Fonte: Autoria própria (2025).

Esse ponto conecta diretamente com o bloco de resultados sobre crédito rural. O Gráfico 7 indica que o acesso à informação é parcial, em que uma parcela conhece alguma linha, mas um contingente expressivo não conhece. Esse cenário explica por que o crédito aparece como recurso potencial, porém pouco integrado à estratégia produtiva. A literatura tem mostrado que programas como o Pronaf produzem efeitos positivos quando alcançam efetivamente os agricultores, mas tais efeitos são modulados por desigualdades regionais e por barreiras de acesso (Araújo; Alencar; Vieira Filho, 2020).

De modo convergente, Cruz *et al.* (2021) indicam que burocracia, informação insuficiente e falta de acompanhamento técnico reduzem a apropriação do crédito, mesmo onde existem linhas disponíveis.

**Gráfico 7:** Conhecimento sobre linhas de crédito rural

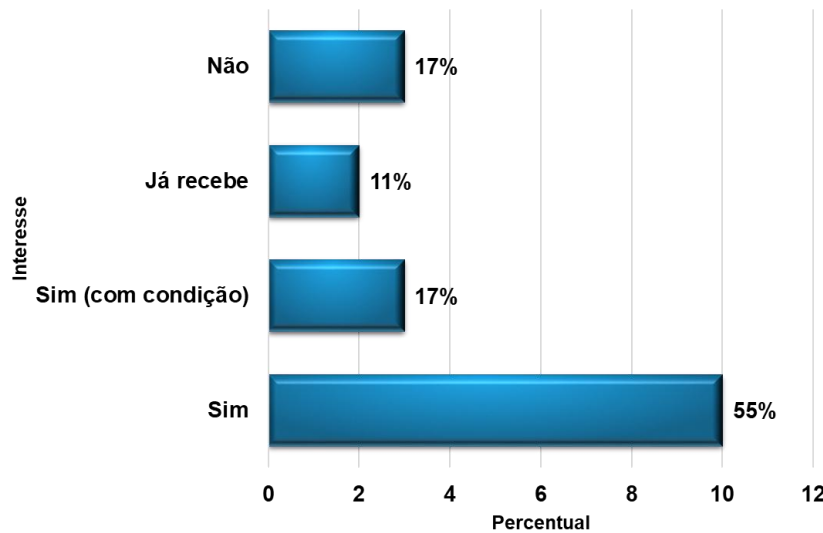


Fonte: Autoria própria (2025).

O dado mais relevante para orientar recomendações, porém, é que a baixa adesão a cursos formais não se confunde com fechamento à ajuda institucional. O Gráfico 8 mostra disposição majoritária para apoio, inclusive em formatos condicionados, o que sinaliza preferência por acompanhamento prático, flexível e aderente à rotina.

Essa evidência reforça diagnósticos da literatura sobre ATER, que destaca que assistência regular, aplicada ao cotidiano produtivo, tende a gerar mais resultados do que capacitações pontuais, em especial quando associada à organização econômica e ao uso qualificado do crédito (Cerveira; Cunha, 2025).

Gráfico 8 – Interesse em receber apoio institucional para melhorar a gestão financeira

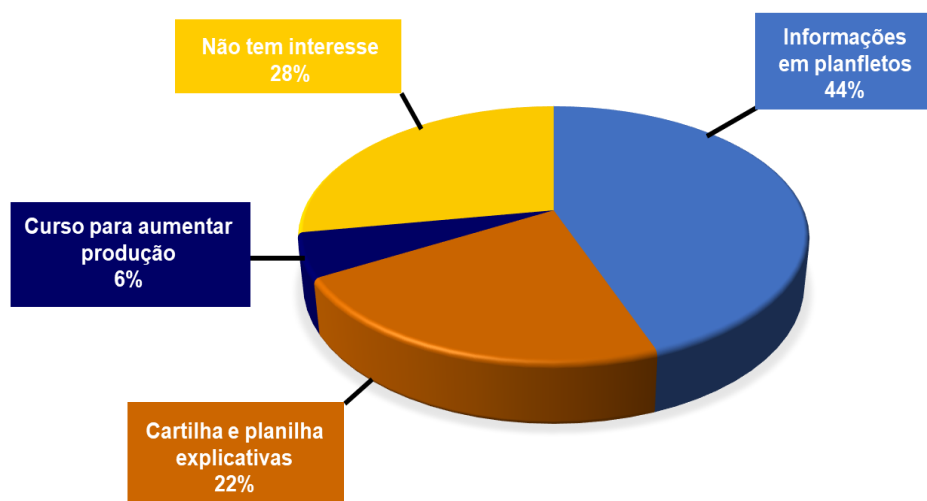


Fonte: Autoria própria (2025).

Essa preferência por soluções práticas é confirmada pelo Gráfico 9 sobre preferências de formato para recebimento de informações sobre gestão financeira, em que predominam materiais impressos e de consulta rápida. O achado é coerente com práticas tradicionais da extensão rural brasileira, que historicamente utiliza cartilhas e materiais objetivos como suporte permanente de decisão, especialmente em contextos em que o tempo é escasso e a participação em cursos prolongados é difícil (Brasil, 2016; SENAR, 2021).

Assim, em vez de insistir em formações genéricas, os resultados deixam explícito que intervenções mais efetivas seriam aquelas que entregam instrumentos simples e aplicáveis, como modelos de caderno-caixa, planilhas de anotação semanal, exemplos de separação de despesas, orientações de precificação e simulações básicas de crédito, sempre adaptadas ao ciclo de vendas da feira.

Gráfico 9 – Preferências de formato para recebimento de informações sobre gestão financeira



Fonte: Autoria própria (2025).

Em conjunto, os resultados mostram que a feira das Malvinas opera como espaço de reprodução econômica e social da agricultura familiar, mas sob tensão, em que a dinâmica de giro rápido exige controle e previsibilidade. Entretanto, predomina a informalidade financeira, o que limita a leitura real de custos, a separação de caixas e o planejamento de investimento. O crédito e os subsídios existem como instrumentos relevantes, entretanto, sua apropriação permanece condicionada por informação, burocracia e baixa mediação técnica.

Ao mesmo tempo, há um dado promissor, considerando que a abertura ao apoio institucional e a preferência por formatos simples indicam um caminho factível para aprimorar a gestão sem descolar da realidade concreta do feirante. Esse conjunto converge com a pesquisa de Costa (2016), ao apontar que a experiência e os vínculos comunitários sustentam a permanência na atividade, mas a consolidação de práticas gerenciais e a educação financeira são categóricas para transformar esforço produtivo em maior autonomia econômica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Feira das Malvinas é um ambiente no qual estão presentes estratégias de sobrevivência, experiência acumulada e escolhas econômicas feitas sob pressão permanente de tempo, renda e risco. Os resultados evidenciam agricultores experientes, com forte domínio do fazer produtivo e da dinâmica da feira, porém operando, em sua maioria, com controles financeiros informais, caixa único e decisões baseadas na memória e na prática cotidiana.

A lógica do giro semanal, imposta pela precibilidade das hortaliças e pela necessidade de liquidez imediata, sustenta o funcionamento do negócio, porém, ao mesmo tempo limita a leitura real de custos, a separação entre renda familiar e renda produtiva e a capacidade de projetar investimentos.

O crédito rural é uma possibilidade reconhecida, mas pouco incorporada ao planejamento, não por rejeição, e sim por barreiras informacionais, burocráticas e pela ausência de mediação técnica contínua.

Nesse caminho, o estudo aponta que o desafio principal está em traduzir instrumentos de organização econômica para a linguagem da feira, bem como os resultados indicam abertura ao apoio institucional e preferência por ferramentas simples, diretas e compatíveis com a rotina do feirante, o que é um caminho promissor para políticas públicas, extensão rural e iniciativas formativas mais aderentes à realidade local.

Ou seja, fortalecer a agricultura familiar da Feira das Malvinas passa menos por impor modelos externos e mais por qualificar práticas já existentes, permitindo que o esforço produtivo se converta, de fato, em maior autonomia econômica, previsibilidade financeira e segurança no uso do crédito.

Logo, ao destacar essas tensões e possibilidades, o artigo corrobora para mudar o debate da carência para a potência, mostrando que a profissionalização da gestão, quando enraizada no cotidiano da feira, pode ser importante para a permanência e a sustentabilidade da agricultura familiar urbana e periurbana.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALVES, Carlos Antonio Belarmino et al. Comercialização de plantas medicinais: um estudo etnobotânico na feira livre do município de Guarabira, Paraíba, nordeste do Brasil. **Gaia Scientia**, v. 10, n. 4, p. 390-407, 2016.

ANTONOVZ, Tatiane. **Contabilidade de custos**. Editora Senac São Paulo, 2023.

ARAÚJO, Jair Andrade; ALENCAR, Matheus Oliveira de; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, ed. esp. 2, p. 2009–2034, 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ATKINSON, S. Are indebted family farms at higher risk of financial stress? **ASFMRA Journal**, 2025, p. 61-70.

BHARDWAJ, Pooja. Types of sampling in research. **Journal of the Practice of Cardiovascular Sciences**, v. 5, n. 3, p. 157-163, 2019.

BITTENCOURT, D. M. C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. In: **BITTENCOURT, D. M. C. (org.). Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação.** Brasília, DF: Embrapa, 2020. (Texto para Discussão, n. 49, p. 21–34). Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1126191/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRAGA, Cicero Augusto Silveira. Diversificação do trabalho rural: conceitos e aplicações empíricas. **Geosul**, v. 36, n. 80, p. 315-339, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Nacional da Agricultura Familiar. **Caderno de boas práticas de ATER.** Brasília, DF: MDA, 2016.

BÚRIGO, Fábio Luiz et al. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** 3. ed. Brasília: MEC, 2012.

CARDOSO, Daniel Borges et al. Horticultura no Brasil: desafios e oportunidades na produção e sustentabilidade do tomate. **Revista Tema On-Line**, v. 2, n. 2, 2024.

CERVEIRA, Ricardo; CUNHA, Christiano França da. Efeito da assistência técnica e extensão rural sobre o valor da produção da agricultura familiar brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 27, n. 1, 2025.

CITTADIN, Andreia et al. Planejamento e controle contábil na atividade rural: um relato de extensão. **Revista de Extensão**, v. 9, n. 1, p. 12-34, 2024.

COSTA, Rubenia de Oliveira. **Sustentabilidade na produção de hortaliças de agricultores familiares na feira agropecuária de Campina Grande e na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal/PB.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2016.

CRUZ, Nayara Barbosa da *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 1–20, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017.

ETIKAN, Ilker; MUSA, Sulaiman Abubakar; ALKASSIM, Rukayya Sunusi. Comparison of convenience sampling and purposive sampling. **American Journal of Theoretical and Applied Statistics**, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2015.

FAO. **Fazenda familiar: chave para a erradicação da fome e da pobreza rural.** Brasília: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1298763/>. Acesso em: 6 maio 2025.

FAO; IFAD. **Status of the World's Soil Resources: Main Report.** Rome: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i5199e/I5199E.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

FRATARI, Oleyr Franco et al. Do Campo à Feira: Um Olhar Sobre a Gestão Financeira no Contexto da Agricultura Familiar. In: **Anais do 19º Congresso USP de Iniciação Científica em contabilidade**, v. 19, n.1, p. 1-19, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Francisco Hemerson Rodrigues; OLIVEIRA, Mário César Sousa. Gestão de custos na atividade pecuária: um estudo de caso em uma propriedade rural no município de Santana do Cariri-CE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 9, p. 2389-2411, 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 125–146, 2015.

HENSCHER, Daniely; QUEIROZ, Ricardo Guimarães; GIMENES, Régio Marcio Toesca. Revisão sistemática sobre o crédito rural no Brasil, com destaque para a operação barter. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 12, p. 21104-21123, 2023.

KAY, Ronald D.; EDWARDS, William M.; DUFFY, Patricia A. **Gestão de Propriedades Rurais-7**. AMGH Editora, 2014.

LIMA, Andreza Cristiane Silva; SOUSA, Cristina Delma; SILVA, Juliane Ferreira. Mecanismos de Gestão do Fluxo de Caixa e Planejamento Financeiro: O Caso de uma empresa de Produtos Químicos. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 2, p. 506-521, 2021.

LUZ, Leonardo Moi da. **Tecnologia e crédito rural: tendências e percepções dos agricultores**. 2023. 46 f. Dissertação - Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p. e187438, 2020.

MATOS, Nyalle Barbosa et al. Panorama da produção acadêmica sobre Agricultura Familiar: um estudo sob o enfoque contábil e gerencial. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e23312139485-e23312139485, 2023.

MATSUNAGA, Minoru et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, v. 23, n. 1, p. 123-139, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Sueny Pinhel; WEGNER, Rubia Cristina; DIAS, Anelise. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, p. e270700, 2024.

MORAES, Rafaela Oliveira de. **Crédito rural: uma análise da carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre 1930 e 1980**. 164 f. 2024. Dissertação - Universidade Federal do Pampa, 2024.

- NAVES, Igor; COSTA, Simone Teles da Silva. As consequências para o produtor rural diante da falta de exercício da contabilidade rural. **Revista GeTeC**, v. 10, n. 25, 2021.
- NOGUEIRA, Ana Cristina Maria et al. Impacto do crédito rural no desenvolvimento da agricultura brasileira. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 16, n. 3, p. 1-16, 2023.
- NOLAN, J.; HOGAN, T.; HAYDEN, M. T. Financial literacy practices on family farms. **Journal of Rural Studies**, v. 112, p. 103468, 2024.
- NUNES, Emannel Márcio; SILVA, Vivian Menezes; SÁ, Vinicius Claudino. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 857-881, 2020.
- OLIVEIRA, Rayslane Barbosa; SANTIAGO, Marivânia Fernandes. Desafios da gestão de uma empresa rural. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2025.
- PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.
- PESSOA, Sebastião Felipe Lucena; PIEROT, Roberto Moita; BERNARDI, Renato. Resiliência e empoderamento na economia familiar brasileira: uma análise à luz do documentário estou me guardando para quando o carnaval chegar. **ARACÊ**, v. 7, n. 3, p. 12621-12636, 2025.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Editora Appris, 2023.
- ROCHA, Guilherme André Peleglini; OZAKI, Vitor Augusto. Crédito rural: histórico e panorama atual. **Revista de Política agrícola**, v. 29, n. 4, p. 6, 2020.
- RODRIGUES, Marcos; AZEVEDO JUNIOR, Wladimir Colman; SILVA, David Costa Correia. Crédito rural e o Fundo Constitucional do Norte (FNO): análise da concentração dos recursos na região norte. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 401-418, 2024.
- SANTOS, Vanessa Fogaça. Crédito Rural. **Engenharia Agrônômica**, v.1, n.10, p. 16-16, 2020.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SENAR. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Administração da empresa rural: ambiente interno**. Brasília, DF: SENAR, 2021.
- SUEN, Lee-Jen Wu; HUANG, Hui-Man; LEE, Hao-Hsien. A comparison of convenience sampling and purposive sampling. **Hu Li Za Zhi**, v. 61, n. 3, p. 105-111, 2014.
- TAVARES, Maria Karolina Gonçalves; RECH, Ilirio José. Contabilidade de custos na agricultura familiar: uma revisão sistemática. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 31., 2024, São Paulo. *Anais....* São Paulo: Associação Brasileira de Custos, 2024. p. 1-16.

TEIXEIRA, Isabelle Lopes *et al.* O valor da gestão de custos para o agricultor familiar na produção de soja. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 874-892, jan. 2025.

VASCONCELLOS, Iraci Matos et al. Pequenos produtores orgânicos: falta organização financeira? Relato de casos de produtores do projeto FAF-UFRRJ. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Diferenças e semelhanças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. **Geografia em Questão**, v. 15, n. 01, p. 28-73, 2022.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Leonardo Augusto. **Contexto Histórico do Crédito Rural e o fomento da Agricultura Familiar**. 147 f. 2023. Dissertação - Universidade Federal de Santa Maria, 2023.